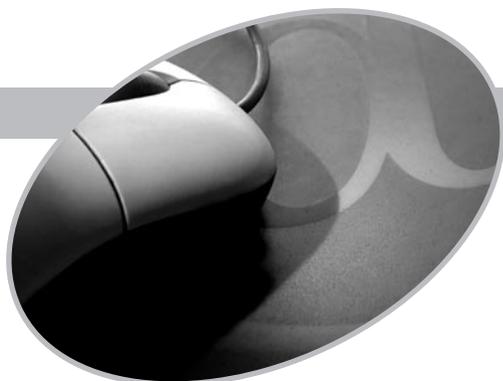


O uso da internet a serviço da comunicação do partido^{*}



Gersende Blanchard

Doutoranda do Gresec (Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication)

Professora assistente em Ciências da Informação e da Comunicação Universidade de Lille 3

E-mail: gersende.blanchard@univ-lille3.fr

Resumo: Análise do uso político da internet, particularmente por partidos políticos. Os estudos sobre *websites* nacionais dos partidos de diferentes democracias ocidentais indicam que esses *websites* são mais utilizados como meio suplementar de difusão de informações do que para favorecer a participação dos cidadãos. No âmbito comunicacional, pretende-se questionar a veiculação, quando possível, de falas “cidadãs” ordinárias nos *websites* dos partidos políticos franceses. Como a fala “profana” é integrada pelo processo de comunicação do partido na internet? E como considerar essa integração em relação ao processo de comunicação do partido?

Palavras-chave: partidos políticos, internet, comunicação política.

El uso de la internet a servicio de la comunicación del partido

Resumen: Análisis del uso político de la internet, particularmente por partidos políticos. Los estudios sobre *websites* nacionales de los partidos de diferentes democracias occidentales señalan que esos *websites* se utilizan más como medio suplementar de difusión de informaciones que para favorecer la participación de los ciudadanos. En el ámbito de la comunicación, se pretende cuestionar la difusión, cuando posible, de hablas “ciudadanas” ordinarias en los *websites* de los partidos políticos franceses. ¿Cómo el habla “profana” se integra en el proceso de comunicación del partido? ¿Y cómo considerar esa integración en relación con el proceso de comunicación del partido?

Palabras clave: partidos políticos, internet, comunicación política.

The use of internet for the political party communication

Abstract: This article analyses the political use of Internet, particularly by the political parties. The studies about the national websites of the parties from different western democracies point out that these websites are more used as a means of supplemental diffusion of information than to benefit the citizen’s engagement. Related to communication, the article intends to question the exposure, when it is possible, of ordinary citizens’ speeches on french parties websites. How is the “profane” speech incorporated by the communication processing of the party in internet? And how consider this integration related to the communication processing of the party?

Key words: political parties, internet, political communication.

W *bsites* de candidatos, de partidos políticos, de movimentos associativos e de “simples cidadãos comuns” revelam que a internet constitui hoje uma das ferramentas de comunicação à disposição de diferentes atores, institucionais ou não, para divulgar idéias e opiniões, na tentativa de obter a adesão dos cidadãos. Este artigo propõe-se a analisar o uso político da internet e, mais particularmente, o uso por um tipo específico de ator da vida política: os partidos, cujos primeiros “passos” na web, nos Estados-Unidos e na Europa, datam de pouco mais de uma década¹.

O uso da internet pelos partidos será aqui questionado à luz do contexto sócio-político atual, marcado pela emergência de “novas” formas de engajamento e militância, em ruptura com o modelo proposto tradicionalmente pelos partidos, assim como por uma demanda cidadã em favor de uma partici-

^{*} Tradução do trabalho apresentado no 8º colóquio Brasil-França, promovido pelo Gresec, a Intercom e a SFSIC, nos dias 29 e 30 de setembro de 2006.

¹ Este artigo tem como escopo o estudo do uso político da internet pelos partidos políticos das democracias ocidentais. Podemos, no entanto, assinalar que os *websites* de partidos políticos de outros países também foram objeto de análise, como mostram, por exemplo, os trabalhos de Leslie Tkach-Kawasaki (2003), sobre os partidos japoneses, ou os de Holli Semetko e Natalya Krasnoboka (2003), sobre os partidos russos e ucranianos.

pação mais direta e mais ativa no processo democrático, testemunho de uma evolução da relação dos cidadãos com a política. Trata-se de analisar em que medida a política partidária de uso da internet participa de um movimento de adaptação às mudanças da sociedade. Face à crise que enfrentam os partidos políticos nas democracias ocidentais e à evolução das práticas políticas cidadãs, a questão da utilização da internet pelos partidos políticos, favorecendo a participação dos cidadãos e as trocas com eles, deu origem a certo número de trabalhos cujas principais conclusões serão apresentadas na primeira parte deste artigo².

Ademais, a partir de um enfoque comunicacional, nossa intenção é questionar, em particular, a veiculação, quando esta é possível, de falas “profanas” nos *websites*.

Para apoiar a análise da segunda parte, nos referimos especialmente ao estudo empírico realizado no âmbito de uma pesquisa de doutorado sobre os *websites* oficiais “nacionais” e permanentes de uma dezena de partidos políticos franceses³, focando a atenção nos dispositivos criados nesses sites para favorecer a participação e a troca com e entre os cidadãos “comuns”⁴, além dos militantes. É importante

² A partir das referências, os países em que foram feitos os estudos e, portanto, levados em consideração neste artigo, são: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Dinamarca, Países Baixos, Espanha, Grécia, Portugal, Itália e França.

³ Realizamos a análise de conteúdo de dez *websites* “nacionais” e permanentes de partidos políticos franceses, entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2005, além de entrevistas semidiretivas com os atores da comunicação partidária dessas organizações políticas. Os *websites* estudados foram os dos seguintes partidos: Union pour un Mouvement Populaire (UMP), Parti Socialiste (PS), Parti Radical de Gauche (PRG), Front National (FN), Union pour la Démocratie Française (UDF), Parti Communiste Français (PCF), Les Verts, Chasse, Pêche, Nature et Traditions (CPNT), Ligue Communiste Révolutionnaire (LCR) e Lutte Ouvrière (LO).

⁴ Classicamente, a noção de “fala profana” é definida e usada em oposição à de “fala do especialista” (ou “fala competente”). Mais precisamente, em nossa pesquisa, as noções de “fala profana” ou de “fala ‘cidadã’ comum”, devem ser definidas em relação à noção de militância, e devem ser entendidas como expressão de uma fala não exclusivamente produzida pelos cidadãos cativos que são os militantes do partido. De fato, trata-se aqui da “versão para o grande público” dos *websites* dos partidos políticos franceses, quer dizer, de uma versão visível por todo internauta cujo acesso, portanto, não é restrito aos membros do partido.

esclarecer que nos interessamos menos pelo conteúdo das falas cidadãs do que pelas modalidades de sua existência nos *websites* dos partidos. Trata-se, portanto, das condições e práticas de mediação dessas falas e trocas. Como a palavra cidadã é integrada ao processo de comunicação do partido na internet? E como considerar essa interatividade no processo de comunicação do partido?

A veiculação de falas “cidadãs” no *website* do partido, por intermédio de dispositivos como os *chats* e os fóruns de discussão, mostra uma evolução da comunicação partidária, caracterizada por uma diversificação - sob controle - de seus atores e, ao mesmo tempo, por um alongamento das cadeias de mediação (Neveu, 2000:123) e uma complexificação das formas de mediação.

Meio suplementar de difusão do partido

A questão do uso político da internet pelos atores institucionais nas democracias ocidentais suscitou uma produção científica expressiva, tendo especialmente por objeto de estudo os usos da web pelos parlamentares, municípios, candidatos às diferentes eleições ou ainda pelos partidos políticos. Dedicar-nos-emos mais especificamente aos estudos que se interessam por esses últimos tipos de atores, com um objetivo duplo⁵. Trata-se não somente de recensear as políticas de uso da internet dos partidos políticos identificadas pelos autores, mas também de identificar o modo como a questão do uso político da internet é apreendida por eles.

Uso político da internet

Uma das questões, colocada de forma recorrente pelos pesquisadores que analisam o uso político da internet, é a evolução da de-

⁵ Como pudemos constatar e como lembra Pippa Norris, os estudos privilegiam, na maioria das vezes, o uso da internet pelos partidos políticos no contexto das campanhas eleitorais (Norris, 2003).

mocracia, ou, mais exatamente, a participação desse uso específico na evolução da democracia (Hoff, 2000; Trechsel, 2004; Gibson, 2003b).

Tendo em vista o contexto sócio-político atual das democracias ocidentais e das potencialidades interativas da ferramenta internet, os autores procuram saber se a internet é usada pelos partidos políticos para favorecer a participação política dos cidadãos, bem como as trocas entre eles e o partido de um lado, e entre o partido e seus membros do outro (Villalba in Gibson et al., 2003b), e também se ela constitui uma ferramenta posta ao serviço do aprimoramento da democracia (Cunha et al., in Gibson et al., 2003b).

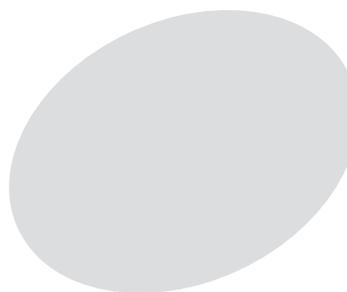
Nessa ótica, os estudos com problemáticas ligadas às teorias da democracia e à noção de democracia eletrônica⁶ (Hoff, 2004; Trechsel, 2004; Gibson e Ward, 2000) questionam a abrangência deliberativa dos *websites* dos partidos políticos. Portanto, o uso da internet pelos partidos políticos é pensado prioritariamente como uma nova oportunidade de deliberação.

Além disso, no âmbito de questionamentos que refletem as preocupações da disciplina das ciências políticas, os estudos interessam-se pelas conseqüências do uso da internet pelos partidos sobre a concorrência partidária (Norris, 2001; 2003; Gibson, 2000; 2003a, 2003b) e sobre os próprios partidos políticos; tanto do ponto de vista do seu funcionamento interno como do seu papel nas democracias representativas (Gibson e Ward, 2000; Gibson, 2003b).

A outra questão considerada quanto ao uso da internet pelos partidos políticos é a evolução da comunicação política, em particular devido às potencialidades de interação que tal uso permite.

A análise dos *websites* dos partidos polí-

⁶ A noção de democracia eletrônica é marcada pela heterogeneidade das suas definições e aplicações (Trechsel, 2004). Com efeito, como nota Thierry Vedel, “idéia ou visão mais que teoria, ela (a democracia eletrônica) resulta de um discurso proteiforme e relativamente dispar sobre as aplicações, experiências, iniciativas e projetos da Internet no campo político” (Vedel in Perrineau, 2003: 243). [N.T.: Tradução livre da citação em francês].



O modo como os partidos políticos usam a internet não confirma os prognósticos otimistas dos que viam nela um instrumento de revitalização democrática

ticos leva, portanto, a interrogar-se sobre o papel “distintivo” assegurado pelos sites, em relação à mídia tradicional, no processo de comunicação política (Norris, 2003), ou sobre a emergência de novos modos de se fazer campanha e de se fazer política (Gibson, 2003b). Trata-se de analisar em que medida o uso da internet incentiva inovações em termo de comunicação política, tendo em vista as tendências e práticas comunicacionais já observadas (intervenção de profissionais, personalização da comunicação, domínio da lógica do marketing) (Gibson, 2003a; 2003b).

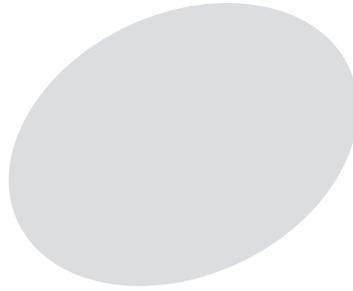
Assim, em função dessas duas questões principais analisam-se as estratégias de utilização da internet pelos partidos políticos e as funções exercidas pelos seus *sites*.

Concepção dominante

Os diferentes trabalhos realizados sobre a utilização da internet pelos partidos políticos evidenciam, como função dominante, a difusão e disponibilização de informações voltadas à promoção do partido, assegurada pelos *websites* nacionais dos partidos de diferentes democracias ocidentais (Gibson e Ward, 2000; Gibson, 2003b; Greffet, 2001; Löfgren Tops et al in Hoff et al., 2000). A análise de conteúdo dos *websites* do nosso estudo confirma essa constatação (Blanchard, 2005) e a tendência à homogeneização da utilização da web pelos partidos políticos (Gibson, 2003a: 48; 2003b).

As análises dos *sites* dos partidos e das entrevistas realizadas pelos autores com os *webmasters* desses *sites* mostram que o obje-

George propõe que se pensem os usos sociais da internet a partir dos modelos de comunicação do espaço público como definidos por La Haye e Miège



tivo predominante da utilização da internet pelos partidos é o de fornecer informações aos eleitores (Smith in Hoff et al., 2000:75), aos militantes ou ainda aos jornalistas (Gibson, 2003a:49; Margolis et al., in Gibson et al., 2003b). Os partidos vêem na internet uma oportunidade de comunicar “diretamente” as mensagens aos cidadãos, quer dizer sem a intervenção da mediação jornalística (Hoff, 2000; Gibson, 2003b). E, como nota, Karl Löfgren, uma das motivações principais que dão origem à criação de um *website* para os partidos políticos dinamarqueses consiste em “*the production of nice-looking ‘shop-windows’ for the party to present mainly standard party information to the electorate and citizens*”⁷ (Löfgren in Hoff et al., 2000:68). Com efeito, uma outra constatação que se pode fazer é que a internet, com o *website* do partido, é concebida, sobretudo, como uma ferramenta suplementar de difusão da promoção do partido (Tops et al., in Hoff et al., 2000), como “*an additional element to party’s repertoire of action*”⁸ (Gibson, 2003b:236), e cujo conteúdo já está disponível e já é difundido por outros meios. O que leva por sinal certos autores a concluir que “*parties are not providing much that is new but more of the same in a different format*”⁹ (Gibson, 2003b:235) e que a comunicação eletrônica dos partidos reproduz as

formas clássicas da comunicação política mais do que propõe novas formas de relações entre o partido e os cidadãos (Gibson., 2003b:236).

Segundo Pieter Tops, Marcel Boogers e Gerrit Voerman, os *websites* dos partidos refletem, na sua maioria, a cultura e os procedimentos dos partidos políticos neerlandeses (Tops et al., in Hoff et al., 2000:98). A pesquisa e o desenvolvimento de interações com os cidadãos numa perspectiva deliberativa não são, com e nos websites, a prioridade dos partidos (Gibson, 2003a; Margolis et al., in Gibson et al., 2003b), e certos autores consideram que “*if there is a deliberative strategy behind the development of websites, then it is mainly inspired by the search for new information channels between politicians and the electorate controlled by party elites*”¹⁰ (Tops et al., in Hoff et al., 2000:176).

Portanto, o modo como a internet é considerada e usada pelos partidos políticos não confirma as visões otimistas daqueles que faziam prognósticos e viam nela um instrumento de revitalização democrática (Gibson, 2003a; Norris, 2003). No entanto, certas iniciativas, ainda que marginais, merecem ser assinaladas, em particular aquela notada por Karl Löfgren em dois *websites* de partidos políticos dinamarqueses que propõem, com seus fóruns de discussão, uma nova plataforma de trocas entre os membros do partido (Löfgren in Hoff et al., 2000:69). Novo espaço de trocas cujos limites não deixam de ser levantados pelo autor, como a pouca participação nos debates, a ausência de participação dos dirigentes do partido ou a predominância do que ele chama de “*the old guard` of the parties*”¹¹, e sobretudo a ausência de influência sobre o processo de decisão do partido (Löfgren in Hoff et al., 2000:58).

⁷ “A produção de belas ‘vitrines’ para que o partido apresente principalmente informações partidárias tradicionais aos eleitores e cidadãos.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

⁸ “Um elemento adicional no rol de ações do partido.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

⁹ “Os partidos não estão fornecendo muita coisa nova e sim mais da mesma coisa numa forma diferente.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

¹⁰ “Se há uma estratégia deliberativa por trás do desenvolvimento dos *websites*, então esta é inspirada principalmente pela procura de novos canais de informação entre os políticos e o eleitorado, controlados pelas elites do partido.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

¹¹ “A ‘velha-guarda’ do partido.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

Conseqüentemente, mesmo se certas disparidades entre os partidos¹², e também entre os países¹³, podem ser assinaladas, as diferentes análises dos websites dos partidos políticos testemunham muitas vezes, segundo os autores, a atitude reservada dos partidos em relação à utilização da internet (Schalken in Hoff et al., 2000:159; Gibson et al., 2003a:66) e uma sub-exploração dos dispositivos de interação com e entre os internautas (Gibson e Ward, 2000).

No âmbito de um enfoque comunicacional, será que é possível considerar uma veiculação “abrangente”¹⁴ (Villalba in Gibson et al., 2003:131) das trocas entre internautas, militantes ou não, nos *websites* dos partidos como uma característica da comunicação política eletrônica do partido? Como nota justamente Karl Löfgren, “*the members [of the party] in a small scale among themselves are utilising the new technology to create their own political discourses through the interactive forms of new technology*”¹⁵ (Löfgren in Hoff et al., 2000:58). Assim sendo, é sob esta perspectiva que nos propomos agora a questionar a presença de dispositivos de tomada de palavra cidadã “comum” nos *websites* de partidos políticos franceses.

Integração da fala cidadã “comum”

Com Pippa Norris (2003), consideramos que o *website* pode ter um papel “distintivo” no processo de comunicação política. Mas não pensamos que esta distinção deva ser entendida unicamente a partir das possibilidades de interação entre partidos e ci-

dadãos, bem como ou da visibilidade maior para os partidos “pequenos”, proporcionadas pelo *website* em relação à mídia tradicional. Com efeito, é na integração das falas profanas em *websites* de partidos, dada a veiculação de produções diferentes das realizadas pelos próprios partidos, que reside, de certo modo, uma das características da comunicação eletrônica dos partidos, e nisso identificamos uma manifestação da evolução da comunicação partidária. Trata-se, portanto, aqui de interrogar a presença de falas cidadãs “comuns” nos *websites* dos partidos políticos, à luz do processo de comunicação dos partidos e do objetivo prioritário do *website* tal como é concebido por eles.

O que está em jogo

A análise dos *websites* dos dez partidos políticos franceses do *corpus* do nosso estudo possibilitou a identificação da presença de certa desigualdade entre os dispositivos que autorizam a veiculação da fala dos internautas nos *sites*, dispositivos tais como os fóruns de discussão¹⁶, os *chats*¹⁷, mas também, de maneira marginal, o correio eletrônico. Com efeito, se na maioria dos casos as falas cidadãs expressas numa comunicação “*one to one*” (Dahlgren, 2000) por meio de correspondências eletrônicas não atingem o campo da esfera pública, e que o “visitante”, portanto, não vê ao consultar o *site*, deve-se notar que certos e-mails enviados pelos internautas podem ser publicados no *website* do Partido Radical de Esquerda (PRG). Estes são incentivados a reagir, por e-mail, ao artigo de atualidade cotidiana redigido para o *site* a partir de um tópico tratado pela imprensa, e-mail este cujo

¹² Ver exemplo referente aos trabalhos de Karl Löfgren anteriormente citados.

¹³ De fato, foi mostrado que os *websites* dos países do sul da Europa (Espanha, Grécia e Portugal) recorrem mais aos dispositivos de interação do que os dos países do norte europeu ou dos Estados Unidos (Cunha et al., in Gibson et al., 2003b).

¹⁴ Quer dizer, suscetível de atingir um público mais amplo que o dos militantes.

¹⁵ “Os membros do partido, em pequena escala, usam as novas tecnologias entre eles para criar seus próprios discursos políticos por meio de formas interativas.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

¹⁶ Dos dez *websites* analisados em janeiro de 2004, seis propunham fóruns de discussão (UMP, UDF, PS, PRG, PCF, LCR).

¹⁷ Dois *chats* em vídeo foram promovidos no *web site* da UMP em janeiro de 2004. Ademais, cinco *chats*, realizados entre 11 de janeiro de 2003 e 16 de novembro de 2003, estavam também arquivados e disponíveis no *site*. Quanto ao *website* do PS, se nenhum *chat* foi proposto no decorrer de 2004, notamos que os arquivos de cinco *chats* realizados entre 16 de dezembro de 2002 e 10 de dezembro de 2003 estavam igualmente disponíveis.

conteúdo pode ser visto por qualquer internauta que consultar o *website* do PRG. Assim, nós consideramos os dispositivos que autorizam – sob certas condições – a publicação de falas cidadãs “comuns” no *website* do partido, como um meio de todo internauta-cidadão¹⁸ ser e aparecer como um dos produtores da comunicação do partido na web (Cunha et al., in Gibson et al., 2003b; Miani in Serfaty, 2002), ou seja, de ser tanto emissor quanto destinatário da comunicação política.

Logo, o que está em jogo com a publicação ou não das falas cidadãs “comuns” no *site*, ou dito de outro modo, com moderação, é o que está em jogo com a publicação de uma fala não oficial – distinta daquela produzida pela instância partidária ou por um dos seus representantes – no *website* do partido. Pudemos efetivamente constatar que o *website* “nacional” oficial e permanente do partido é, antes de tudo, usado e considerado como um meio – adicional – de valorização do discurso político do partido. A partir daí, como nota Rachel Gibson, Stephen Ward e Paul Nixon, recorrer aos fóruns e aos chats permanece como uma operação “arriscada” para os partidos políticos: “*why allow one’s opponents the opportunity of free access to advertise their party or abuse your party on your site?*”¹⁹ (Gibson, 2003b:19). E, como lembra Bruno Villalba, com a utilização dos fóruns, “*parties are concerned, above all, about maintaining control over the content of debate, avoiding offensive language and also allowing too much public criticism to appear on their site*”²⁰ (Villalba in Gibson et al., 2003b:133).

Portanto, o desejo dos partidos políticos

de manter o controle sobre a informação difundida em seus *websites*²¹ e de não expor – ou melhor, não deixar expor – opiniões contrárias pode explicar a presença fraca de dispositivos de veiculação da fala profana nos *websites* dos partidos (Villalba in Gibson et al., 2003; Cunha et al. in Gibson et al., 2003), assim como a frágil perenidade dessa presença nos *websites* dos partidos franceses, como pudemos constatar no período do nosso estudo²². Mas, sobretudo, a presença de tais dispositivos depende da ação de moderação (Villalba in Gibson et al., 2003; Cunha et al., in Gibson, 2003) exercida por outra pessoa que assegura uma função de filtragem, quer dizer, de seleção e de validação, entre a fala cidadã e a esfera pública²³. Assim sendo, a integração da fala cidadã “comum” nos *websites* dos partidos políticos é, em grande parte, condicionada por um novo tipo de moderador (Wojcik, 2005), na maioria das vezes encarnado por profissionais da comunicação responsáveis pela gestão desses *sites*. A emergência desses intermediários, como garantia de controle sobre a publicação da fala cidadã nos *websites* dos partidos, e de quem depende também a restituição dessa fala aos diri-

²¹ Desejo evidente que se sobressai das entrevistas realizadas junto aos atores que gerem os *websites* do nosso corpus.

²² Com efeito, como assinalado anteriormente, se seis *websites* oficiais nacionais e permanentes do nosso corpus propunham fóruns de discussão no mês de janeiro de 2004, só restavam dois a fazê-lo em fevereiro de 2005. Assim, entre fevereiro de 2004 e abril de 2004, os fóruns dos *websites* da UMP, do PS, do PCF e da LCR foram fechados.

²³ Assim, para o PS, por exemplo, as mensagens enviadas pelos internautas, antes e durante os chats, passam por um processo de seleção por parte do pessoal que administra o *website*. São, portanto, apenas as mensagens selecionadas que recebem resposta por parte dos responsáveis políticos e que, conseqüentemente, são tornadas públicas no *website* do partido (Entrevista ao *webmaster* do *website* do PS, 16.3.05). Quanto aos fóruns de discussão, quando a moderação é feita *a priori* (como os fóruns da UMP, do PS e da LCR), a publicação das mensagens depende da validação prévia do moderador, e quando se trata de uma moderação *a posteriori*, apesar da mensagem ser publicada “instantaneamente” no fórum, as entrevistas realizadas com os moderadores dos fóruns da UDF e do PCF nos possibilitaram constatar que estes reforçavam a vigilância quanto ao conteúdo do fórum, podendo intervir, ou seja, anular uma mensagem, se julgassem necessário (Entrevista ao *webmaster* do *website* da UDF, 5.1.04 e entrevista ao *webmaster* do *website* do PCF, 9.12.03).

¹⁸ Quer dizer, além dos membros do partido unicamente, já que os dispositivos de publicação da palavra de que falamos antes são disponíveis na “versão para o grande público” do *website* dos partidos.

¹⁹ “Por que dar a oponentes a oportunidade de um acesso livre ao seu site para promover o partido deles ou injuriar o seu?” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

²⁰ “Os partidos preocupam-se, antes de tudo, em manter um controle sobre o conteúdo dos debates, em evitar as agressões verbais e também em deixar críticas demais aparecerem publicamente no seu *site*.” [N.T.: tradução livre da citação original em inglês no artigo francês].

gentes do partido²⁴, participa da tendência observada por Erik Neveu de alongamento das cadeias de mediação (Neveu, 2000) em benefício de “comunicadores” (“*communicateurs*”) (Miège, 1996:214). E constitui um dos aspectos do fenômeno observado de complexificação das formas de mediação da comunicação partidária²⁵.

Comunicação e espaço público

Procurando identificar as características do espaço público criado pela utilização das tecnologias da informação e comunicação por diferentes organizações públicas, privadas e associativas, Eric George (2001; 2005) pôs em evidência a relevância de se pensar os usos sociais da internet a partir dos modelos de comunicação²⁶ do espaço público tal como foram identificados e definidos por Yves de La Haye e Bernard Miège²⁷. Segundo o mesmo enfoque, consideramos que as práticas comunicacionais dos partidos políticos, no âmbito do uso da internet, em particular marcadas pela autonomização da difusão do discurso e pela profissionalização participam do modelo das “relações públicas generalizadas” (Miège, 1995).

A utilização da internet pelos partidos políticos persegue, portanto, o fenômeno observado do emprego das “técnicas de gestão do social e das técnicas de comunicação” pe-

los Estados, empresas, organizações políticas e sociais, para reforçar seu domínio (Miège, 1997:121). Além disso, o recurso generalizado dos partidos políticos à internet inscreve-se na tendência de midiaticização das trocas, por meio de dispositivos técnicos, mas, também, de novos tipos de intermediários, testemunhando a diversificação dos mediadores (Miège, 1996:214). Tais trocas – “interações comunicacionais” (Miège, 1997:125) – têm um possível caráter público, ou, ao menos, nos “espaços públicos parciais” (Miège, 1995) que constituem os *websites* dos partidos.

Desse modo podemos indagar se o mo-



Os partidos políticos propõem a exposição de uma “imagem unificada” da sua organização, procurando privilegiar uma comunicação consensual e sem arestas

delo das “relações públicas generalizadas”, tal como analisado aqui, contém as lógicas da ação comunicacional de um outro modelo, o da imprensa de opinião. Miège, por sinal, chamou a atenção para essa probabilidade de hibridismo, de mistura com os outros modelos (Miège, 1996:215). De fato, não seria possível pensar que os dispositivos de veiculação das trocas entre e com os cidadãos, nos *websites*, assumam o papel tradicionalmente assegurado pela imprensa de opinião? Uma imprensa que, como a definiu Jürgen Habermas, se revelava “a instituição de um público cujas discussões ela refletia²⁸” (Habermas, 2000:192) e cujo papel era o de ser um “mediador e um estímulo das discussões públicas²⁹” (Habermas, 2000:190). No entanto, as dimensões conflituais (Miège, 1997) e críticas (Habermas,

²⁴ De fato, as modalidades do encontro entre a fala cidadã expressa nos fóruns de discussão e o partido são largamente definidas pela intervenção dos responsáveis pela gestão dos fóruns, que efetuam o relatório dessas falas para os dirigentes por meio de um documento de síntese. Essa prática, porém, não é comum nem sistematizada a todos os partidos que propõem fóruns de discussão no seu *website*.

²⁵ Sobre o fenômeno de complexificação das formas de mediação, ver Blanchard, 2005.

²⁶ Retornando à gênese e à definição do conceito de “modelo de comunicação”, e vendo o desenvolvimento do recurso as essas tecnologias, Bernard Miège considera que é mais apropriado falar em termos de “modelos de ação comunicacional” (Miège, 2004:155).

²⁷ Mais precisamente, os quatro modelos de comunicação identificados são os da imprensa de opinião, da imprensa comercial de massa, da mídia audiovisual de massa e das “relações públicas generalizadas” (Miège, 1996;1997).

²⁸ [N.T: Tradução livre da citação em francês].

²⁹ [N.T: Tradução livre da citação em francês].

2000:192) das trocas veiculadas nos *websites* dos partidos levantam dúvidas. De fato, como assinalou Fabienne Greffet, os partidos políticos, nos seus *websites*, propõem a exposição de uma “imagem unificada” da sua organização (Greffet, 2002), procurando, assim, privilegiar uma comunicação consensual e sem arestas. Poderíamos então aproximar a comunicação com os *websites* dos partidos a outro tipo de imprensa de opinião, a imprensa partidária, que data, na França, da primeira metade do século XIX e que declinou no século XX (Habermas, 2000; Labé in Charron, 1991). Desse modo, uma análise do conteúdo das falas cidadãs “comuns” veiculadas nos *websites* revela-se necessária para avaliar em que medida participam (ou não) da construção da comunicação consensual. Dito de outra maneira, será que a polêmica e a expressão de crítica ao partido têm espaço nos *websites* dos partidos?

Além da questão do uso da internet pelos partidos políticos para favorecer a participação e a expressão dos cidadãos e esboçar “uma sintonia” com eles, a fim de adaptar-se a evolução social, tentamos mostrar aqui a problemática em jogo no uso da internet, pelos partidos políticos, é também a integração da fala cidadã “comum” no processo de comunicação do partido. Aspecto problemático que aparece na fragilidade e na precariedade da presença de dispositivos de veiculação das interações, tal como observadas nos *websites* dos partidos aqui estudados. O que está em jogo na fala cidadã “comum” está estreitamente ligado ao que está em jogo no controle da comunicação política do partido. Pois, com a integração de falas profanas no processo de comunicação dos partidos na internet, coloca-se a questão da legitimidade dos discursos difundidos por e nos *websites* dos partidos.

Referências

- BLANCHARD, Gersende. “Usages et enjeux de l’usage de l’internet par les partis politiques français: les modalités de rencontre de la parole citoyenne et du parti”. Texto apresentado no evento *Démocratie et dispositifs électroniques: regards sur la décision, la délibération et le militantism.*, organizado pela revista DEL, Paris, 2005.
- DAHLGREN, Peter. “L’espace public et internet”, traducido do inglês por Marc Relieu, *Réseaux*. n°100, 2000, p.157-186
- GEORGE, Eric. *L’utilisation d’ internet comme mode de participation à l’espace public dans le cadre de l’AMI et au sein d’ATTA : Vers un renouveau de la démocratie à l’ère de l’omnimarchandisation du monde?* Tese de doutorado em Ciências da Informação e Comunicação. École Normale Supérieure de Lyon / Université du Québec à Montréal, 2001.
- _____. “Les usages sociaux d’internet au sein du mouvement altermondialiste, entre promesses et réalités”. Texto apresentado no evento *Démocratie et dispositifs électroniques: regards sur la décision, la délibération et le militantism.*, organizado pela revista DEL, Paris, 2005.
- GIBSON, Rachel, WARD, Stephen (orgs.). *Reinvigorating democracy?: British politics and the internet*. Inglaterra: Aldershot: Ashgate. (capítulos 1, 6 e 11), 2000.
- GIBSON, Rachel, MARGOLIS, Michael, RESNICK, David, WARD, Stephen. “Election campaigning on the WWW in the USA and UK: a comparative analysis”. *Party politics*, vol. 9, n° 1, 2003a, pp. 47-75.
- GIBSON, Rachel, NIXON, Paul, WARD, Stephen. *Political parties and the internet: net again?* London: Routledge, 2003b.
- GREFFET, Fabienne. “Les partis politiques français sur le web”. In: ANDOLFATTO et al., *Les partis politiques: quelles perspectives?* Paris: L’Harmattan, 2001, pp.161-177.
- _____. “Usages du web et procédures d’expression et de consultation dans les partis politiques français et britanniques”. Texto apresentado no Congrès de l’Association Française des Science Politique, Lille, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *L’espace public: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Traducido do alemão por Marc B. de Launey. Paris: Payot, 2000.
- HOFF, Jens, HORROCKS, Ivan, TOPS, Pieter. *Democratic governance and new technology: technologically mediated innovations in political practice in Western Europe*. London and New York: Routledge, 2000.
- LABE, Yves-Marie. “Le déclin de la presse d’opinion en France”. In: CHARON, Jean-Marie. *L’état des médias*. Paris: La Découverte: Médiaspouvoirs: CFPJ, 1991, pp. 276-277.
- MIEGE, Bernard. “L’espace public: au-delà de la sphère politique”. *Hermès*. n° 17-18, 1995, pp. 49-60.
- _____. *La société conquise par la communication. Logiques sociales*, Tomo 1. Grenoble: PUG, 1996.
- _____. *La société conquise par la communication. La communication entre l’industrie et l’espace public*, Tomo 2. Grenoble: PUG, 1997.
- _____. *L’information-communication, objet de connaissances*. Bruxelas: Editions de Boeck, 2004.
- NEVEU, Erik. “De quelques incidences des médias sur les systèmes démocratiques”. *Réseaux*. n° 100, 2000, pp.108-136.
- NORRIS, Pippa. “Virtual parties”. In: *Digital divide, civic engagement, information poverty and the internet worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 148-170.
- _____. “Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites”. *Party politics*, vol. 9, n° 1, 2003, pp.21-45.
- SERFATY, Viviane (org.). *L’internet en politique, des Etats-Unis à l’Europe*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2002.
- SEMETKO, Holli A, KRASNOBOKA, Natalya. “The political role of the internet in societies in transition. Russia and Ukraine compared”. *Party politics*, vol. 9, n° 1, 2003, pp. 77-104.
- TKACH-KAWASAKI, Leslie M. “Politics@Japan: party competition on the internet in Japan”. *Party politics*, vol. 9, n° 1, 2003, pp. 105-123.
- TRECHSEL, Alexander, KIES, Raphael, MENDEZ, Fernando, SCHMITTER, Philippe . “Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe: e-democratizing the parliaments and parties in Europe”. *Scientific and Technological Option Assessment, European Parliament Directorate-General for Research*, 2004. Disponível em http://c2d.unige.ch/int/OverviewInstits/Main_Report_final%201.pdf. Acessado em 10.7.06.
- VEDEL, Thierry. “L’idée de démocratie électronique: origines, visions, questions”. In: PERRINEAU, Pascal. . *La Tour d’Aigues*: Editions de l’Aube, 2003, pp. 243-266.
- WOJCIK, Stéphanie. *Délibération électronique et démocratie locale: le cas des forums municipaux des régions Aquitaine, Languedoc-Roussillon et Midi-Pyrénées*. Tese de Doutorado em Ciência Política, 2005.